ATEDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NA CIDADE DO RECIFE: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Ivana Marques Dos Santos Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

A década de 1980 é marcada por mobilizações populares que reivindicavam a redemocratização do país. Neste período, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Os referenciais sociojurídicos trazidos com essas normativas provocaram mudança de paradigmas no tocante à proteção da criança e do adolescente. A partir de então, estes foram reconhecidos enquanto sujeitos de direito, de forma que a sua proteção deve ser garantida de forma integral. Outro grande avanço, diz respeito ao estabelecimento de normas e parâmetros para o atendimento socioeducativo, que tem como referenciais além do ECA, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e, ainda, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Desta forma, o presente trabalho **objetiva** investigar a conformidade das ações desenvolvidas no atendimento socioeducativo na cidade do Recife, em relação aos supracitados referenciais. Este trabalho é fruto da experiência de estágio em Serviço Social vivenciado no período de junho de 2010 a janeiro de 2012 na Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mais especificamente no setor responsável por fiscalizar e supervisionar as ações desenvolvidas pelo *Serviço de Proteção Social a Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de à Comunidade da Cidade do Recife*. O **processo metodológico** para alcançar o objetivo proposto foi análise de conteúdo dos relatórios de fiscalização elaborado pela equipe interprofissional de fiscalização e supervisão do TJPE no período referente ao mês de junho de 2010 a junho de 2011. A análise dos **resultados** demonstra que se pode visualizar alguns, mas muito ainda há para ser aprimorado. Dos avanços, temos o fato de o atendimento ser realizado por uma equipe concursada vinculada à gestão municipal. Contudo, ainda é pertinente apontar a necessidade de adequação do

número de profissionais para atender ao elevado quantitativo do público neste município, o qual no período da pesquisa correspondia a 854 adolescentes e jovens. A necessidade de ampliação do número de CREAS constitui-se outro aspecto a ser aprimorado, de modo que o atendimento pudesse estar mais próximo do adolescente e a articulação com a rede socioassistencial ocorresse de forma mais exitosa. Por fim, cumpre elucidar que o atendimento socioeducativo na cidade do Recife reflete as características de um movimento societário mais amplo, que tem complexos determinantes estruturais e conjunturais.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas, Atendimento Socioeducativo, Adolescentes em conflito com a lei.